

Actualização do índice de Economia Não Registada para Portugal, 2011

Óscar Afonso e Nuno Gonçalves



Com o apoio:



Nota Prévia

- O **Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF)** constituiu-se no dia 21 de Novembro de 2008, como associação de direito privado sem fins lucrativos, com objecto (<http://www.gestaodefraude.eu/>):
 - promover a investigação interdisciplinar sobre a Economia Não-Registada (ENR) e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial;
 - promover o ensino sobre estas temáticas; para já criou o índice de ENR em Portugal e está a estudar a criação de um índice similar da Fraude;
 - criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres;
 - prestar serviços que se harmonizem com a investigação.

ENR: o que é?

- ENR corresponde à parte da economia que, por diversas razões, não é avaliada pela contabilidade nacional.
 - Existe em todos os países, embora com intensidades diferentes.
 - Assim se explica, por exemplo, a sobrevivência das populações em países com PIB *per capita* abaixo do limiar de subsistência.

- O relatório da OCDE (2002) – *Measurement of the non-observed economy* – considera cinco áreas dentro da ENR:
 - Economia ilegal
 - Economia oculta (subdeclarada ou subterrânea)
 - Economia informal
 - Produção para uso próprio (autoconsumo)
 - Produção subcoberta por deficiências da estatística

- A **economia subterrânea** (oculta ou subdeclarada) corresponde ao produto que se furta à contabilização por razões predominantemente fiscais.
- A **economia ilegal** corresponde ao produto que não é contabilizado porque resulta de actividades ilegais, pelos seus fins ou pelos meios utilizados.
 - Estas rúbricas reflectem a fraude, o branqueamento de capitais, o aumento dos conflitos de interesse, o uso de informação privilegiada, a desregulação e o enfraquecimento do estado, e não pode deixar de representar um forte retrocesso civilizacional que coloca em causa a organização social democrática existente.

- A ENR também acomoda a **economia informal** e o **auto-consumo**;
 - ou seja, também engloba o produto criado por actividades essencialmente associadas a uma estratégia de melhoria de condições de vida das famílias ou de sobrevivência.
- Estas duas rúbricas podem, de facto, servir de almofada social e evitar maior sofrimento da população.

ENR: Contextualização global

- **De acordo com Neuwirth (2011)**
 - A nível mundial a ENR movimenta cerca de **dez biliões de dólares** por ano
 - Nela participam cerca de **um terço da força de trabalho mundial**
 - Se representasse um país, seria a **segunda maior economia do mundo** a seguir aos Estados Unidos

O Caso Português

Qual o tamanho e trajectória da ENR em Portugal?

Principais consequências da ENR

- **Distorções na concorrência entre empresas**
→ ineficiente afectação de recursos
- **Redução das receita fiscais** → déficit, dívida; redução do investimento público, do crescimento económico e da redistribuição do rendimento, ...
- **Incerteza na estabilização da economia**
 - Indicadores enviesados
 - ↓
 - Decisões de política económica desajustadas
 - ↓
 - Efeitos económicos inadequados

Dados agregados em Portugal

Causas consideradas

- **Carga fiscal** (em % do PIB)
 - Impostos directos e contribuições para a segurança social
 - Impostos indirectos
 - Subsídios e prestações sociais
- **Carga de regulação** (em % do PIB)
 - Consumo do Estado
- **Evolução do mercado de trabalho**
 - Trabalho por conta própria em % força total trabalho
 - Taxa de desemprego

Indicadores considerados

- Quantidade de moeda em circulação fora do sistema bancário
- Taxa de Participação na Força de Trabalho
(decréscimo de participação na economia oficial pode estar associada a aumento de participação na ENR)
- PIB

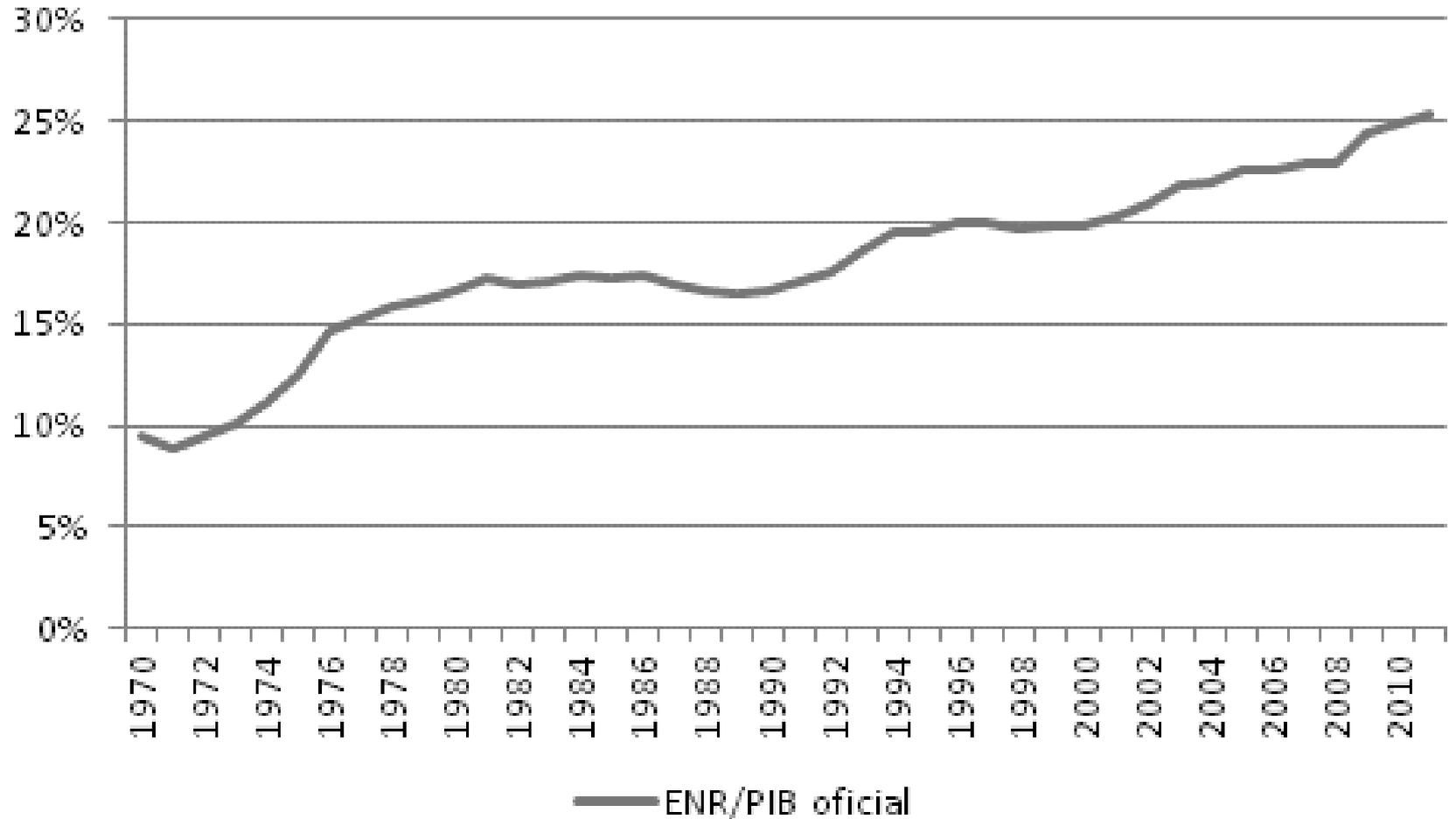
Resultados

Ano	ENR/PIB oficial
1970	9.4
1970-1973	9.5
1974-1978	13.9
1979-1983	16.8
1984-1988	17.1
1989-1993	17.3
1994-1997	19.8
1998-2001	19.9
2002-2005	21.8
2006-2009	23.2
2010	24.8
2011	25.4

Ano	ENR/PIB oficial
1983-1985	17.2
1986-1995	17.6
1996-2001	20
2002-2004	21.6
2005-2011	23.7

Fonte: Cálculos dos autores

Resultados



Fonte: Cálculos dos autores

Resultados

Tabela 3 – Valores da ENR ao longo do período 1970-2011, em Portugal

Valores anuais a preços correntes (em milhões de euros)		
Período	ENR	PIB oficial
1970	111	1 172
1970-1973	143	1 505
1974-1978	484	3 371
1979-1983	1 732	10 236
1984-1988	4 817	28 256
1989-1993	10 859	62 459
1994-1997	17 987	90 869
1998-2001	24 455	122 706
2002-2005	32 117	146 905
2006-2009	38 936	167 665
2010	42 822	172 670
2011	43 388	171 016

Fontes: Cálculos dos autores e Pordata.

Tabela 3 – Peso do défice no PIB em diferentes cenários, para 2011

PIB (valor)	Oficial	171 015.9
	Total = $(1+25.4\%) \times 171\ 015.9$	214 453.9
	Total caso a ENR tivesse sido 16.4% = $[1 + (25.4\% \ 16.4\%)] \times 171\ 015.9$	186 407.3
Défice Público (valor)	Oficial	7 245.9
	Com ENR = 0 e sem cobrança de impostos adicionais	7 245.9
	Com ENR = 0 e aplicando uma taxa média de imposto de 20% aos 25.4% de ENR = $7\ 245.9 - 20\% \times 25.4\% \times 171\ 015.9$	-1 441.7
	Com ENR = 16.4% e sem cobrança de impostos adicionais	7 245.9
	Com ENR = 16.4% e aplicando uma taxa média de imposto de 20% aos 9% (= 25.4% - 16.4%) que deixariam de ser ENR = $7\ 245.9 - 20\% \times 9.0\% \times 171\ 015.9$	4 167.6
Peso = Défice / PIB	Oficial = $7\ 245.9/171\ 015.9$	4.2%
	ENR = 0 e sem cobrança de impostos adicionais = $7\ 245.9/214\ 453.9$	3.4%
	ENR = 0 e aplicando uma taxa média de imposto de 20% aos 25.4% de ENR = $-1\ 441.7/214\ 453.9$	-0.7%
	ENR = 16.4% e sem cobrança de impostos adicionais = $7\ 245.9/186\ 407.3$	3.9%
	ENR = 16.4% e aplicando uma taxa média de imposto de 20% aos 9% (= 25.4% - 16.4%) que deixariam de ser ENR = $4\ 167.6/186\ 407.3$	2.2%

Fonte: cálculos dos autores e Pordata. Notas: Valores em milhões de euros.

Dados sectoriais em Portugal

ENR em Portugal – dados sectoriais

- **Agricultura** – agricultura, silvicultura e pescas.
- **Indústria** – electricidade, gás, vapor e água, indústria e construção.
- **Serviços** – comércio, restaurantes e hotéis, transportes, comunicações e correios, bancos, seguros e actividades imobiliárias e outros serviços.

Causas consideradas

- Taxa de desemprego do sector
- Peso dos trabalhadores por conta própria no emprego global do sector
- Peso dos impostos no Valor Acrescentado Bruto do sector
- Rendimento médio mensal líquido do sector

Indicadores considerados

- Valor Acrescentado Bruto do sector.
- Peso do número de trabalhadores com actividade secundária (oficial ou não) no número de trabalhadores por conta de outrem do sector.
- Duração semanal efectiva de trabalho no sector.

Resultados

Tabela 5 – Peso da ENR sectorial no PIB (em %), em Portugal

Ano	% do PIB (último trimestre de cada ano)		
	AGR	IND	SERV
1998	0.54%	6.49%	13.34%
1999	0.54%	5.99%	13.11%
2000	0.55%	5.54%	13.20%
2001	0.59%	6.09%	12.88%
2002	0.61%	6.06%	14.61%
2003	0.61%	6.49%	15.30%
2004	0.60%	6.37%	15.54%
2005	0.64%	5.89%	15.97%
2006	0.62%	5.52%	16.37%
2007	0.63%	5.44%	16.23%
2008	0.66%	5.02%	15.96%
2009	0.67%	5.36%	16.96%
2010	0.69%	5.93%	17.76%

Fonte: Cálculos dos autores.

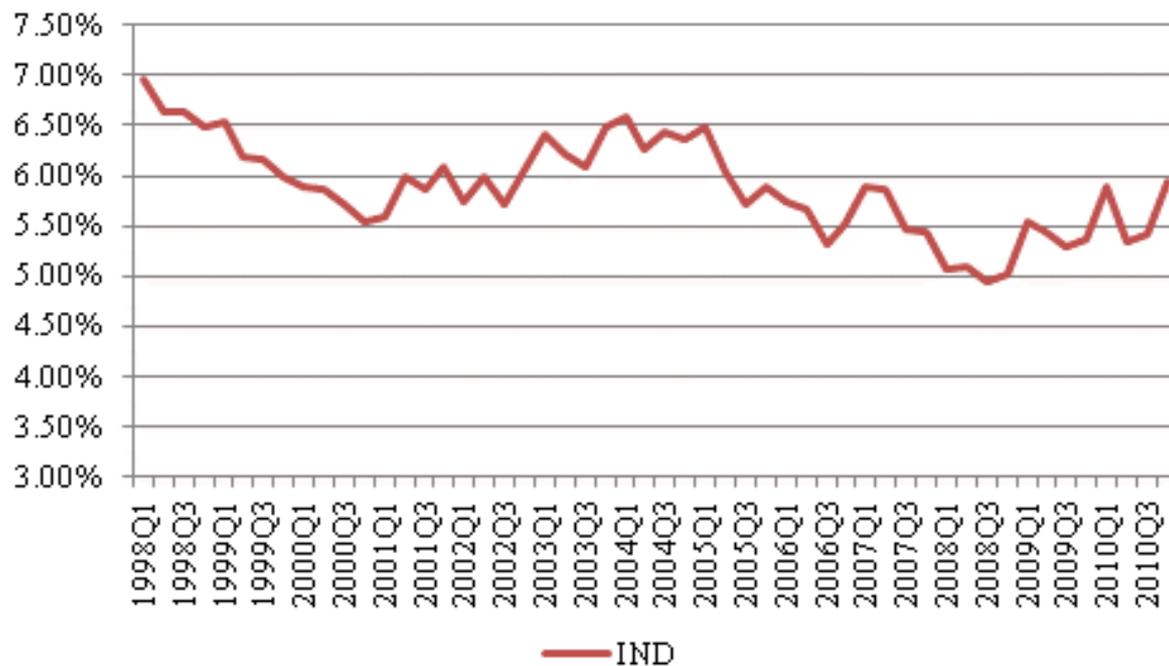
Resultados

Figura 2b. Peso da ENR na Indústria no PIB oficial (em %), entre 1998Q1-2010Q4, em Portugal



Resultados

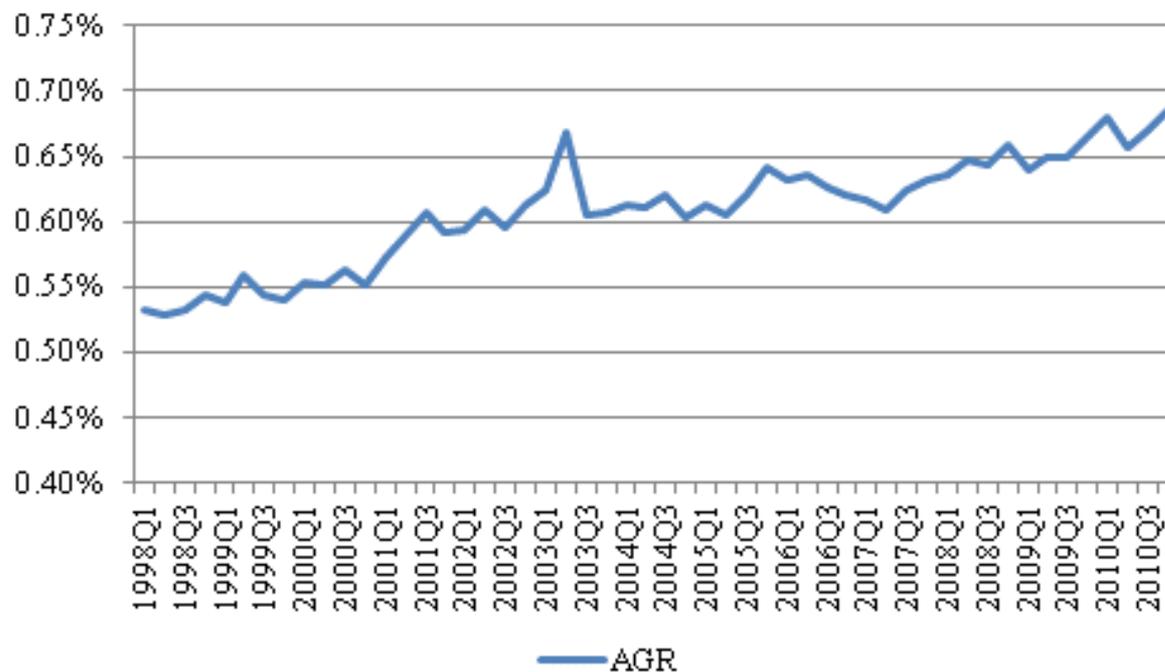
Figura 2c. Peso da ENR nos Serviços no PIB oficial (em %), entre 1998Q1-2010Q4, em Portugal



Resultados

Figura 2a. Peso da ENR na Agricultura no PIB oficial (em %), entre 1998Q1-2010Q4, em

Portugal



A principal motivação para a existência de ENR em Portugal é a fuga aos impostos e às contribuições; acreditamos que é assim porque:

- **existe a percepção de que a prestação paga não tem retribuição directa de um benefício e porque existe uma certa percepção do (baixo) risco associado a detecção;**
- **a equidade fiscal nem sempre transparece nas políticas fiscais; há a percepção de que:**
 - **o peso da tributação recai mais sobre sectores específicos da população;**
 - **há grupos de pressão que determinam a política fiscal;**
 - **a despesa pública é mal orientada.**
- **a lei fiscal é complexa e está em constante mutação (instabilidade afecta expectativas que reduzem investimento na economia oficial e alterações propiciam a evasão fiscal);**
- **a formação cívica e o contexto cultural dos contribuintes propicia a fuga; por exemplo, o indulto fiscal recorrente (e.g., regimes excepcionais de regularização tributária) desmotiva o contribuinte cumpridor.**

Sugestões para combate da ENR

- Transparência na gestão dos recursos públicos
- Educação da sociedade civil sobre os efeitos perversos da ENR e formas de a combater
- Justiça rápida e eficaz
 - Em particular, implementação do crime de enriquecimento ilícito
 - punindo fortemente o agente que adquirir bens em manifesta desconformidade com os rendimentos fiscalmente declarados e sem que se conheça outro meio de aquisição lícito;
- Combate a qualquer manipulação contabilística e, assim, aos relatórios fraudulentos de empresas;
- Combate à existência de empresas fantasmas;
- Combate ao uso de informação privilegiada;
- Combate à utilização abusiva de convenções de dupla tributação;
- Incentivar o uso cada vez maior de meios electrónicos nas transacções de mercado;
- Combate ao branqueamento de capitais:
 - melhor supervisão do sistema financeiro
 - melhor regulação do sector
 - legislação adequada
 - vontade por parte das autoridades em actuar

- **No curto, a acção da inspecção tributária é crucial para combater a ENR, conduzindo o combate à fraude e evasões fiscais e às injustiças fiscais, numa vertente preventiva e repressiva, atendendo:**
 - à observação das realidades tributárias,
 - à observação do cumprimento das obrigações tributárias,
 - e à prevenção das infracções tributárias.
- **No sentido de mitigar o incumprimento fiscal, aumentando a percepção do risco que lhe está associado, a administração tributária deverá:**
 - intensificar os controlos massivos e automáticos através dos sistemas de informação das diversas áreas da gestão do imposto e, nesse sentido, esforçar-se por aproximar o momento da detecção do incumprimento e o da ocorrência;
 - investir nas acções de inspecção tributária “no terreno”, particularmente nas situações de fraude e evasão fiscais de maior complexidade.

Caso Português: conclusões

- **Principal causa da ENR é**
 - O peso dos impostos directos e indirectos e das contribuições para a segurança social.
- **Em termos agregados**
 - O peso da ENR no PIB oficial em Portugal evoluiu desde 9.4% em 1970, até 24.8% em 2010 e 25.4% em 2011.
- **Em termos sectoriais**
 - A ENR como percentagem do PIB regista no 1º trimestre de 2010 cerca de 0.7% no sector agrícola, 5.9% na indústria e 17.8% nos serviços.
 - Os resultados evidenciam que a ENR na agricultura e serviços aumenta no período 1998-2011, enquanto na indústria diminui.

Actualização do índice de Economia Não Registada para Portugal, 2011

Óscar Afonso e Nuno Gonçalves



Com o apoio:

